

As Investigações Lógicas de Martin Heidegger, da Teoria do Juízo à Verdade do Ser*

Jean-François Courtine**

Resumo: O artigo destina-se a sugerir que a pergunta “o que é a lógica?”, antes de ser extrínseca à questão fundamental da filosofia heideggeriana, é, ao contrário, indissolivelmente entrelaçada à *Seinsfrage*. A ponto de a própria “questão do ser” correr o risco de permanecer opaca e ininteligível se não a reconduzirmos à questão da lógica.

Palavras-chave: ser – lógica – sentido – juízo – verdade

Gostaria de precisar imediatamente o sentido deste título – as *Investigações lógicas* de Heidegger. Não se trata, para mim, de retornar à interpretação ou às interpretações dadas por Heidegger das *Logische Untersuchungen* de Husserl partindo do curso de Marburg de 1925 (*Ga. 20: Prolegomena zur Geschichte des Zeitbegriffs*), até o último seminário de Zähringen em 1973⁽¹⁾. É sabido que aqui a leitura heideggeriana é sempre perigosa e é sabido também que, com uma apreciação sempre positiva, esta leitura sublinha o papel central da doutrina da intuição categorial através da qual Husserl se teria aproximado ao máximo da questão do ser:

* Tradução de Alberto Alonzo Muñoz.

** Professor da École Normale Supérieure, Paris.

“Para poder mesmo desdobrar a questão do sentido do ser seria necessário que o ser fosse *dado*, a fim de poder interrogar aí seu sentido. O esforço de Husserl consistiu justamente neste pôr o ser em presença, fenomenalmente presente na categoria. Por esse esforço, eu tinha finalmente o solo [...]” (*Questions*, IV, p. 315).

Tampouco entra no meu propósito presente avaliar a correção dessa interpretação, acentuar de novo [*re-marquer*] o que ela salienta [*monte en épingle*], mas também o que lhe falta ou o que ela deixa em silêncio – tanto no que concerne ao conjunto do projeto husserliano de uma “crítica da razão lógica” (subtítulo de *Formale und Transzendente Logik*), ou à empresa mais geral de uma “genealogia” do Lógico, exposta notadamente em *Erfahrung und Urteil*, embora se trate de publicações mais tardias (1929, 1938), quanto no que concerne em particular à função do preenchimento intuitivo na problemática da verdade, para além da esfera do juízo e da verdade entendida como correspondência ou como *adaequatio*.

Enfim, falar das “investigações lógicas” de Heidegger tampouco é expor alguns desenvolvimentos deste pensamento que teriam até aqui escapado aos exegetas e que diriam respeito expressamente a *questões técnicas* de uma disciplina especial: a lógica. Sob este tópico desejaríamos antes tentar sublinhar o que nos parece um traço fundamental da empresa e tentar ressaltar um fio condutor da obra de Heidegger a partir da interrogação fundamental principal [*principielle*] sobre o que é a lógica: *Was ist das, die Logik?*

Trata-se aqui, com efeito, de uma questão elaborada tão cedo, nas obras de juventude ou em trabalhos ainda universitários, que se tem às vezes por isso tendência a excluí-las do *corpus* propriamente dito como se elas pertencessem a um autor que não se tornou ainda verdadeiramente o pensador da “*Seinsfrage*” ou como se, seguindo as indicações por demais estilizadas de um Heidegger bem mais tardio, se pudesse fazer começar o famoso “caminho de pensamento” com a leitura da dissertação de Brentano de 1863 (*Sobre a diversidade dos sentidos do ser segundo Aristóteles*),

tornando um “impasse” o que segue imediatamente, para passar diretamente aos anos de Marburg em que se encontrariam enfim os principais elementos da gestação de *Sein und Zeit*.

Mas esta questão – *Was ist die Logic?*, ou melhor, *Was ist das, das Logische?* – aparece, ao menos é o que gostaríamos de sugerir, como uma questão lancinante, recorrente e, como tal, inextricavelmente entrelaçada desde o início com a *Seinsfrage*, a ponto de que a própria “questão do ser” corre o risco de permanecer opaca ou de tornar-se ininteligível se não é reconduzida imediatamente a uma interrogação primeira, mais fundamental, dizendo respeito ao *significado*, ao *sentido* – não esqueçamos com efeito que a tal *Seinsfrage* é sempre uma questão *do sentido* do ser, ou melhor, do *sentido* de “ser” –, enquanto a questão do ser assim ressituada no seu primeiro contexto de origem reenvia por si mesma à problemática do juízo, da verdade, da distribuição categorial das acepções do ser e de sua possível unidade categorial.

Em 1951-1952 – retomando seu ensino após uma longa interrupção “política”, a qual não é o caso, para o presente propósito, de interpretar ou comentar – Heidegger ministra um grande curso intitulado *O que quer dizer pensar?*

“[...] Que quer dizer pensar? – pergunta, então, Heidegger. – [...] É o que a lógica nos ensina. O que é a Lógica? Como chega ela a decretar o que se deve entender por ‘pensamento’? Este apelo que nos leva a pensar, é ele a própria Lógica? Ou antes é a Lógica que está, de seu lado, submetida ao apelo? O que é isso que nos leva a pensar? [...] O que se entende, segundo a doutrina tradicional do pensamento, por ‘pensamento’? Por que esta doutrina leva o título de ‘Lógica’? [...] As pessoas se irritam porque volto sempre a

propor a questão da lógica depois da indicação dada na Aula inaugural de 1929: O que é a metafísica?”

E prossegue:

“Os que hoje assistem a este curso não podem saber, é verdade, que, desde o curso ‘Lógica’ ministrado no verão de 1934, sob o título ‘Lógica’ se encontra a transformação da Lógica em questão do *ser* da linguagem, questão que não é outra coisa senão filosofia lingüística”.

Esse mesmo curso de 1951-52 dava por sua vez um passo decisivo, operando a transformação da lógica numa interrogação sobre a linguagem e sua essência, se é verdade que uma das teses “tautológicas” fundamentais do curso é que “a linguagem [não é] um simples instrumento, que se pode voltar ora num, ora noutro sentido. A linguagem não é uma ferramenta. De uma maneira geral, a linguagem não é isso ou aquilo, isto é, não é alguma coisa diferente dela mesma. A linguagem é a linguagem”.

Essa virada, despercebida de início, da “lógica” à “linguagem”, no fim da qual se trata de apresentar uma avaliação [*prendre la mesure*] de proposições do tipo “*Die Sprache ist die Sprache*” ou ainda “*Die Sprache spricht*”, é aquela que Heidegger caracterizará tardiamente como a do pensamento tautológico, poder-se-ia dizer também “monológico” ou “Logológico”, pensando no fragmento de Novalis comentado por Heidegger em *Unterwegs zur Sprache*.

Deixo de lado esta “virada” na direção da tautologia, para reter simplesmente, na perspectiva do curso de 1951-52 (“O que quer dizer pensar?”), a confissão da insistência, não somente do título “lógica”, mas, mais radicalmente, o reconhecimento da permanência da questão: *Was ist das, das Logische?* No que diz respeito à ocorrência do termo *lógico* no título dos cursos, reenvio à lista estabelecida por T. Kisiel, em comple-

mento das indicações fornecidas outrora por Richardson (cf. Kisiel 1, apêndice B).

Retornarei por um instante ao curso de 1934 ao qual Heidegger aludia nessa passagem de *Was heißt Denken?*, limitando-me a notar desde agora que esse mesmo curso é igualmente evocado em *Unterwegs zur Sprache*.

Mas aquilo em que eu gostaria de insistir de início é o fato de que, na realidade, não é, ao contrário, da aula inaugural de 1929 que data a questão “O que é a lógica?”

A questão é, com efeito, colocada desde 1912 nas “*Neuere Forschungen über Logik*”, das quais ela chega mesmo a constituir o verdadeiro centro.

O objeto desse estudo de juventude está, com efeito, fixado desde a primeira linha: trata-se de uma *kritische Besinnung*, de uma reflexão crítica sobre os próprios princípios do lógico.

“Desde a virada do século, a lógica científica realizou uma clarificação de seus princípios. A possibilidade e o fato de uma tal reflexão crítica deve necessariamente abalar [*saper*] até os seus fundamentos a representação tradicional segundo a qual a lógica se apresenta como uma soma intangível de formas e de regras de pensamento não suscetível de crescimento nem de aprofundamento” (*Ga.*, I, p. 17).

Esse resumo põe em vista, como indica seu título, novas investigações setoriais ou fundamentais no campo da lógica – Heidegger evoca ali notadamente Frege e Russell –, mas, para além da focalização do estado das pesquisas, ele procura sobretudo enfrentar a questão de princípio: “*Was ist Logik?*”

“O que é a lógica? Com essa questão, nota Heidegger, já estamos aqui colocados perante um problema cuja solução está reservada para o porvir” (*Ga.*, I, p. 12).

Em 1912, o Heidegger juvenzinho sem dúvida não acreditava dizer isso tão bem.

A permanência da questão poderia bastar por si mesma para atestar o caráter antigo, original, sério do interesse pela lógica tal como ele se exprime através das resenhas do ano de 1912, a dissertação de 1913 (publicada em 1914): *Die Lehre vom Urteil im Psychologismus. Ein kritisch-positiver Beitrag zur Logik*, mas também a Habilitação de 1915 (publicada em 1916), *Die Kategorien – und Bedeutungslehre des Duns Scotus*.

Por ocasião da primeira reedição desses textos no volume dos *Frühe Schriften* em 1972, Heidegger escreverá, no horizonte retrospectivo que é tão freqüentemente, e de bom grado, o seu:

“Estes primeiros trabalhos anunciam já um *Wegbeginn*, o primeiro desbravamento de um caminho ainda obstruído”,

antes de acrescentar:

“O que se anunciava é, sob a figura do problema das categorias, a *Seinsfrage*, a questão da língua sob a forma de uma doutrina do significado”.

Para o último Heidegger, nos anos 1970, o caminho seguido se deixa pois reconstruir muito facilmente: retomar em novos ares a questão da ontologia, elaborar a questão do sentido do ser era, muito naturalmente, examinar a problemática da lógica, ao menos na tradição aristotélica, que é, sublinho de passagem, decididamente a única na qual se inscreve Heidegger. Observemos, sem poder deter-nos neste ponto, que sem dúvi-

da isso se passaria de maneira inteiramente diferente num horizonte neoplatônico – heno-lógico – ou, mais ainda, numa perspectiva suficientemente ampla para integrar a problemática estóica da lógica. Mas essa é uma outra questão que devemos aqui deixar inteiramente de lado.

O que é, em todo caso, notável, é que a maneira mesma que Heidegger tem de abordar a questão da ontologia e da metafísica é diretamente dependente de sua relação com a lógica – ali ainda, a lógica classicamente aristotélica, quaisquer que sejam suas referências aos trabalhos dos lógicos contemporâneos em seu estudo de 1912 (*Neuere Forschungen über Logik*), já que também esses serão descartados muito cedo como pertencendo à “logística” (termo da época, que se encontra tanto sob a pena de Couturat quanto de Poincaré)⁽²⁾, isto é, cultivando uma proximidade perigosa e, em todo caso, não fecunda com as matemáticas. Acrescento, como parênteses, que é talvez também por isso que Heidegger permaneceu sem saber muito próximo de seu mestre Husserl, ele que, em 1929, em *Formale und Transzendente Logik*, se regra ainda e sempre, para sua “crítica da razão lógica”, pela apofântica aristotélica: a teoria predicativa e copulativa da proposição.

Mas esse co-pertencimento – *questão do ser, questão da lógica, questão da linguagem* –, sobre o qual insiste Heidegger no prefácio da primeira reedição dos seus *Frühe Schriften*, já tinha aliás sido sublinhado na retrospectiva bastante estilizada que constitui o diálogo com um japonês em *Unterwegs zur Sprache*:

“É porque a meditação da língua e do ser orienta desde o início meu caminho de pensamento que o exame de seu local (*Erörterung*) permanece tanto em segundo plano [...] É somente vinte anos depois do texto de habilitação que eu me arrisquei num curso a localizar (*erörtern*) a questão à procura da palavra (*die Frage nach der Sprache*). [...] Durante o semestre de verão de 1934, fiz um curso cujo título era: ‘Lógica’. Era de fato uma meditação sobre o ‘lógos’, em que eu procurava o desdobramento mesmo da palavra [...]” (*Ga*, 12, p. 88-9).

No entanto, um tal co-pertencimento merece ser considerado mais de perto, marcando sem dúvida mais nitidamente do que o faz o próprio Heidegger as principais etapas de sua emergência.

Gostaria agora de considerar rapidamente três momentos principais nesse caminho que conduz da lógica à língua.

Primeiramente, a etapa dos trabalhos de juventude, ainda marcados pela problemática da validade como primeira elucidação do ser no juízo.

Examinarei em seguida uma segunda etapa que é aquela da *destruição* fenomenológica e que consiste, no essencial, em retornar da interpretação “escolar” ou “escolarizada” da lógica aristotélica a uma problemática mais original do “*lógos*” entendido como um modo de desvelamento entre outros. Essa etapa corresponde, grosso modo, ao período de Marburg e à elaboração de *Sein und Zeit*, obra que já encerra em si uma primeira reviravolta significativa dizendo respeito à questão do “lógico”, de sua essência ou de seu estatuto.

A terceira etapa, enfim, na qual eu principalmente me deterei, é ainda uma etapa de destruição, mas não mais no sentido da destruição fenomenológica, que significa sempre retorno às fontes doadoras [*donnantes*] a partir das quais se trata de reconquistar o sentido original de um significado ou de uma conceitualidade sedimentados e recobertos depois que eles se fixaram historicamente se esvaziando de sua primeira concretude intuitiva; a terceira etapa é de destruição no sentido, desta vez, do “tremor” (*erschüttern*), do *desmantelamento*, ou da *desorientação*, segundo a imagem forte do gesto que consiste em fazer sair de seus gonzos (imagem que se encontra notadamente na *Introdução à metafísica*, em 1935).

1) Pode-se sustentar que já a definição tradicional e trivial da lógica de que parte o jovem Heidegger – a lógica entendida como ciência normativa do pensamento, como disciplina que estabelece as regras que

se deve seguir se se quer chegar à verdade – programa as questões que permanecerão diretoras: *Que quer dizer pensar? O que é a verdade?*

E se, ao contrário, se afirma que a lógica é, em termos mais gerais, a ciência ou o estudo das estruturas ou das formas do significado ou do sentido – estudo destinado a lhe assegurar a validade –, vê-se igualmente como a questão heideggeriana do sentido, do significado, do enquanto (o enquanto [*en-tant-que*] apofântico, o “*als was*” já claramente desembaraçado por Husserl nas *Logische Untersuchungen*), encontra imediatamente um possível ponto de ancoragem nesta segunda “definição”.

O jovem Heidegger, aqui ainda discípulo de Husserl, partirá dessa determinação da lógica como ciência nomológica: ciências dos significados e das estruturas ou das formas válidas de significado.

Relembremos da conclusão da Dissertação de 1913 – dissertação que se apresenta, segundo seu próprio título, como uma “contribuição de crítica positiva à lógica” –, conclusão singularmente husserliana:

“O lógico deve procurar desembaraçar o *sentido unívoco* das proposições, determinar as formas do juízo segundo os diversos sentidos objetivos, segundo sua estrutura simples ou complexa, e reuni-los num sistema. O verdadeiro trabalho preliminar para a lógica e o único que pode ser fecundo não poderia ser realizado através de pesquisas psicológicas sobre a origem e a conexão das representações, mas por determinações unívocas e pela elucidação dos ‘significados-da-palavra’ (*Wortbedeutungen*). E é apenas quando a lógica pura está estabelecida e completamente elaborada (*auf- und ausgebaut ist*) sobre essa base fundamental se poderá abordar com uma maior segurança os problemas da teoria do conhecimento e articular nos seus diferentes modos de efetividade o domínio total do ‘ser’, depreender precisamente sua especificidade (*Eigenartigkeit*) e determinar o tipo de conhecimento que lhe corresponde e seu porte” (*Ga.*, 1, p. 186).

Heidegger retoma aqui por sua conta, em referência a Husserl e a Frege (*Ga.*, I, p. 20), a crítica do psicologismo: o objeto da lógica não é o processo mental do pensamento, menos ainda, certamente, a realidade física ou metafísica, mas o domínio do sentido: o significado da proposição e o conteúdo ideal do juízo. Em sua Dissertação notadamente (*Ga.*, I, p. 165-6 e ss.), Heidegger ainda se esforçará por lançar luz sobre o fato de que há, ao lado do psíquico, “ainda um outro domínio: aquele do lógico” (*noch ein Gebiet des Logischen*).

O empirismo, do qual o psicologismo é uma variante, adota como princípio fundamental o de só aceitar (*annehmen*) o que pode ser percebido. O lógico puro pode, com todo o direito, fazer seu um princípio do mesmo gênero, mas ele possui uma compreensão mais radical sobre isso:

“O ‘puro lógico’ se impõe fundamentalmente a mesma exigência: não deformar nem recusar, por qualquer que seja a interpretação, o que se abre à evidência, mas recebê-lo pura e simplesmente”.

E é em razão mesmo dessa exigência que se poderia tratar de reduzir o que se abre ao *sinnliche Wahrnehmbares* – ao que é suscetível de ser percebido sensivelmente.

Ser fiel ao princípio da lógica “pura” implica também pôr em evidência, ao lado do processo psíquico do juízo, um domínio autônomo, o da objetividade (*ein selbstständiger Bereich von Gegenständlichem*), pois é nesse domínio que se encontra o objeto próprio da lógica: ele se apresenta inicialmente no juízo. O estudo do juízo, entendido como “validade” (*Geltung*), se esforça por determinar o “conteúdo” ou o “sentido” da proposição.

A idéia segundo a qual a *Geltung*, a validade, define o modo de ser próprio das proposições e das verdades vem, como se sabe, da *Lógica* de Lotze. Numa nota das *Neuere Forschungen über Logik* (*Ga.*, I, p. 23), Heidegger indicava, a respeito da *Lógica* de Lotze que acabava de ser reeditada: sua *Lógica* deve sempre ser considerada como a obra fundamental da lógica moderna (*Grundbuch der modernen Logik*) (*Ga.*, I, p. 23).

E Heidegger, que até aqui se exprimia como discípulo fiel de Husserl, terminava por acrescentar esta questão, rica em posteridade para seu próprio pensamento:

“Mas logo se coloca a questão: o que é – sentido?” (*Ga.*, I, p. 170).

Essa mesma questão é retomada no começo do § 2 do segundo capítulo da dissertação, intitulada: *Ausblick auf eine rein logisch Lehre vom Urteil*:

“Qual é o sentido, o significado de ‘sentido’?” – “*Was ist der Sinn des Sinnes?*”

“*Sentido* (o termo ‘*Sinn*’) mantém-se em estreita conexão com o que designamos de maneira muito geral por ‘pensar’; dessa maneira não compreendemos por ‘pensar’ o conceito largo de representação, mas o pensar que pode ser exato ou inexato, verdadeiro ou falso. Cada juízo é, pois, acompanhado por um sentido imanente. A forma de efetividade do sentido é a validade (*das Gelten*) [...] Reconhecemos a validade como a forma de efetividade do lógico; o sentido é o que vale (*der Sinn ist es, der gilt*). É ele que ‘encarna’ o lógico e, enquanto é o que é imanente ao processo do juízo, pode ser chamado de o ‘conteúdo’ (*Inhalt*), a face ou o verso lógico do julgar. O juízo da lógica é sentido. Desde que o juízo é problematizado como objeto da lógica, deve necessariamente ser algo que vale.”

O conjunto dessas *Investigações* está articulado, como vimos, em torno da questão principal *Was ist das Logische?*

Sua primeira tarefa é a delimitação recíproca do “lógico” e do “psicológico”, do “lógico” e do “metafísico”, da lógica e da gramática, da lógica e da matemática, o que fornece a ocasião de recusar qualquer iden-

tificação da lógica e da matemática ou, noutros termos, rejeitar qualquer interpretação “logística” da lógica:

“[...] importa sobretudo, na minha opinião, indicar que a logística não provém da matemática e que ela não pode penetrar até os problemas propriamente lógicos. Vejo seu limite na aplicação dos símbolos e dos conceitos matemáticos e em particular do conceito de função pelo qual os significados e os deslizamentos de significado dos juízos se encontram mascarados. O sentido mais profundo dos princípios permanece na obscuridade, o cálculo lógico é, por exemplo, um cálculo (*Rechnen*) com juízos, mas a logística não conhece os problemas da teoria do juízo. A matemática e o tratamento matemático dos problemas lógicos chega ao limite de que seus conceitos e seus métodos fracassam justamente ali onde residem as condições de sua possibilidade” (*Ga.*, 1, p. 42-3).

Nessas *Investigações*, como vimos, Heidegger assinala claramente à lógica o domínio do “sentido” ou da “validade” (*Geltung*):

“O que é fundamental para reconhecer o caráter insensato e teoricamente não-fecundo do psicologismo permanece sendo a distinção do ato psíquico e do conteúdo lógico, do processo real de pensar que se desenrola no tempo e do sentido ideal, idêntico e extratemporal, numa palavra, a diferença entre o que é e o que vale. Esse sentido puro, tendo em si mesmo sua consistência, é o objeto da lógica [...] O domínio da validade deve agora ser liberado de maneira principal e posto em evidência na sua pura essencialidade, segundo toda sua extensão, tanto por oposição ao ente sensível quanto ao supra-sensível metafísico. É ainda e sempre Platão quem fornece o tipo para essa hipótese do lógico em ontológico no sentido metafísico [...]” (*Ga.*, 1, p. 42-3).

A Lógica é pois de imediato apreendida pelo jovem Heidegger como lógica do sentido. Só há lógica do sentido? Heidegger terá alguma vez destruído, desconstruído a lógica do sentido? Essas são questões que me será permitido, uma vez levantadas, deixar de lado.

Em seu curso de 1925-1926 (*Logik, die Frage nach der Wahrheit, Ga.*, 21, p. 62 e ss.), Heidegger retornará a Lotze e ao conceito de validade, numa perspectiva dessa vez mais crítica, ao menos no que diz respeito à terminologia. Eu cito:

“Husserl [...] recebeu uma orientação decisiva de Lotze, de sua doutrina do mundo das idéias (mundo inteligível) e de sua interpretação da doutrina platônica das idéias no livro III de sua *Lógica*. É do mesmo contexto que provém a expressão ‘*Geltung*’ como interpretação do ser ideal. A expressão ‘*Geltung*’ bem como o que era visado por ela dominam hoje através da lógica de Lotze. Mas é somente graças à crítica husserliana do psicologismo e à elaboração do modo de ser da idealidade que o conceito de validade adquiriu uma clareza suficiente [...], de tal sorte que a lógica atual pode ser caracterizada em geral como ‘*Geltungslogik*’”.

Mas Heidegger interroga-se agora, de maneira crítica, sobre os pressupostos dessa identificação: *Wahrheit* = *wahrer Satz* = *Geltung* (“verdade = proposição verdadeira = validade”).

“Lotze, que introduziu o conceito de ‘*Geltung*’ em lógica, emprega a expressão ‘ser’ no sentido estrito segundo o qual ser quer dizer a mesma coisa que efetividade das coisas, ser = ‘realidade’

(*Vorhandenheit*) [...] Lotze não conseguiu realmente superar o naturalismo, na medida em que restringiu o significado do termo venerável ‘ser’ ao ser real, à realidade. [...] Na nossa terminologia, utilizamos inversamente [o termo] ser no sentido amplo, inserindo-nos na autêntica tradição da filosofia grega, de tal maneira que ser designa tanto a realidade quanto a idealidade ou outras maneiras possíveis de ser” (*Ga.*, 21, p. 62-3).

2) Com essa última citação chegamos já à segunda etapa que indicávamos há pouco, a da “destruição” fenomenológica da lógica, ou melhor, de sua tradição escolar.

Por que e como uma primeira investigação dizendo respeito à essência do lógico se torna, segundo a formulação do curso de 1925-26, “destruição crítica histórica” da lógica?

O que principalmente é visado nessa destruição é inicialmente o que se pode chamar de a “escolarização” da lógica; é, em seguida, de maneira mais precisa, a tese tradicional, já examinada na Dissertação de 1913, que determina o juízo como o lugar da verdade. É, enfim, num outro sentido da palavra “destruição”, ao mesmo tempo os pressupostos e as conseqüências da determinação platônica (no *Sofista*, notadamente) do “lógos” como *lógos tinos perì tinós*, e da determinação aristotélica da *apóphansis*.

a) A escolarização da lógica:

De maneira geral, a repetição da questão do ser implica a “destruição” do que é concebido de início por Heidegger, bem pejorativamente, como uma “disciplina” de Escola, segundo a tripartição escolar que marca o declínio do grande pensamento grego (Platão-Aristóteles), a saber, a tripartição Lógica, Ética, Física: *λόγος, ἠθος, φύσις*.

Com essa divisão escolar, o *lógos* encontra-se situado, localizado em palavras, “proposições”, “enunciados” (*ausgesprochene Sätze*), é doravante separado, regional, e partilha com o conjunto do que é o modo de ser da *Vorhandenheit* ou do *Vorhandensein*.

Na medida em que essa “lógica escolar” oculta uma problemática originária, ainda viva em Platão e Aristóteles, o primeiro propósito do curso de *Logik* é pois retornar de início às fontes vivas, às origens do que se tornou *Schullogik*, para lhe restituir sua fisionomia verdadeira e sua dignidade, ao mesmo tempo que uma *destruição positiva da história da lógica*.

Esse projeto de “destruição positiva” visa, com efeito, a descobrir ou livrar o que foi escondido, ocultado. A lógica escolar provém da *epistémé logiké*, da ciência do “lógos”, entendida não no sentido da razão, do pensamento ou do cálculo, mas da palavra ou do discurso (“*die Rede*”).

Como Heidegger indica, tomado nesse sentido, o campo mais vasto da “lógica” é *das Reden, die Sprache* (Ga., 21, p. 1 e 5).

“Se queremos conquistar um conceito mais vivo da ‘lógica’, isso quer dizer que nos é necessário interrogar de maneira mais penetrante aquilo de que ela é ciência – ciência do discorrer, da palavra”.

E Heidegger precisa ainda nesse mesmo curso:

“O tema da lógica é a palavra, pela óptica de seu sentido fundamental: fazer/deixar ver o mundo, o ser-aí humano, o ente em geral [...]” (Ga., 21, p. 6).

O primeiro resultado da escolarização e da instrumentalização da lógica terá, pois, sido o de reduzir essa acepção larga do “lógos” no sentido do enunciado proposicional, pretendendo apoiar-se sobre a instituição aristotélica do *lógos apophantikós* no início do tratado *Peri Herméneias*, o que redundava, na realidade, em fazer da lógica, entendida num sentido restrito, o domínio que dá a medida e se torna o lar [*foyer*] original de todas as determinações ontológicas.

De imediato, a tradição metafísica saída de Platão e Aristóteles marca uma restrição do próprio *lógos*, apreendido na sua positividade, como uma realidade disponível entre outras; a restrição aparece claramente se se confronta essa interpretação “lógica” do *lógos* como apofântico à acepção mais larga e fundamental, cuja primeira testemunha permanece Heráclito. A positividade que afeta assim o lógico está ligada de seu lado à consideração teórica que impõe o primado exclusivo da *Vorhandenheit*.

O percurso de Heidegger vai, pois, consistir inicialmente em criticar as interpretações tradicionais (representadas aqui por Rickert e H. Maier), que vêm no juízo, no enunciado proposicional, o lugar originário da verdade, retornando à própria doutrina aristotélica da qual a “lógica escolar” pretende no entanto valer-se, antes de realizar um segundo passo que consiste, depois desse retorno a Aristóteles, em liberar a restrição temporal e o privilégio atribuído ao presente que subentende a análise aristotélica da *apóphansis*.

b) É inicialmente contra Rickert notadamente, que, na sua obra de 1892 (*Der Gegenstand der Erkenntnis*), reduzia o conhecimento ao juízo⁽³⁾, que Heidegger faz valer o caráter intencional do conhecer, prescrito à intuição. Visado como *phänomenologisches Verhalten*, o conhecer é intencional e dessa forma a questão que deve inicialmente se impor é a que versa sobre seu “objeto” precisamente, ou melhor, seu *Worauf*, aquilo na direção do que, aquilo sobre o que ou, como escreve de maneira inimitável Heidegger, sua *Woraufheit* (*Ga*, 21, p. 100), antes de determinar finalmente o “*Worauf*” como *Das Seiende selbst* – o próprio ente.

Conhecer é apreender, pegar, ter (*das erfassende Haben*) o próprio ente em carne e osso (*in seiner Leibhaftigkeit*), de sorte que é legítimo dizer, segundo Husserl, que é a intuição que dá a coisa mesma (cf. *Ga.*, 21, p. 105).

Ora, é precisamente essa conexão entre a verdade da proposição ou do juízo e a verdade da intuição que impõe a “necessidade de um retorno a Aristóteles”. Heidegger sublinha-o expressamente:

“Podemos estabelecer – pelo fio condutor desse retorno a Aristóteles – que a verdade não é determinada prioritariamente por referência à proposição, mas por referência ao conhecer como intuição” (*Ga*, 21, p. 109).

A verdade não é inicialmente “correspondência” ou “adequação”, mas identidade (*Selbigkeit*) do visado e do intuído⁽⁴⁾. Essa posição crítica com relação à tradição aqui representada por Rickert, posição crítica que se reivindica tanto de Husserl quanto da noética aristotélica, permite colocar em novos ares a questão do “lugar da verdade”, ressaltando a impossibilidade de fixar unilateralmente a proposição como lugar da verdade.

Certamente a interpretação tradicional pretende, também ela, reivindicar Aristóteles, como se vê ainda por exemplo na obra clássica de Heinrich Maier, *Die Syllogistik des Aristoteles* I (1896), que cita e discute Heidegger.

“O conceito de ‘verdade’”, escrevia H. Maier p. 13 e ss., “possui seu domínio próprio de soberania no juízo que é ‘a verdade original’. Com a verdade da percepção e a verdade da representação, está-se tratando com o conceito ‘modificado’ e ‘transposto’ de verdade”.

Na qualidade de representante da interpretação tradicional, Heidegger teria podido citar também o Franz Brentano da dissertação (*Von den mannigfaltigen Bedeutungen des Seienden bei Aristoteles...*, p. 31-2), esforçando-se nesses termos por conciliar as exposições aristotélicas, aparentemente contraditórias, de *Metafísica* E, 4 e Q, 10:

“Temos um conceito plural do verdadeiro e do falso”, escreve Brentano, seguindo Aristóteles, “1) verdade e erro no sentido primeiro e verdadeiro. Esses só se encontram no juízo. É segundo

esse conceito, inicialmente, que vale a afirmação segundo a qual é impossível que alguma coisa seja ao mesmo tempo verdadeira e falsa. – 2) o verdadeiro e o falso que são os da simples percepção do entendimento, definições e sentidos [...] – 3) a verdade e a falsidade nas coisas [...] Ora, se o verdadeiro e o falso se encontram inicialmente no juízo do espírito, como uma coisa poderia ser chamada verdadeira ou falsa? Manifestamente, somente na medida em que constitui o objeto de um juízo verdadeiro ou falso. É, pois, com respeito ao nosso juízo que as coisas são chamadas verdadeiras ou falsas [...].”

É inicialmente no encontro de interpretações tradicionais desse gênero que se exerce a “destruição”: o retorno a Aristóteles e àquilo que, para Aristóteles, constituía a experiência original ou a abertura primeira ao ente dado, permite mostrar que, longe de determinar alguma vez a verdade como *durch Rückgang auf den Satz*, por referência à proposição, é a própria proposição como discurso (*Rede*) suscetível de ser verdadeiro ou falso que remete a essas “determinações” que ultrapassam a esfera propriamente judicativa, que são o verdadeiro e o falso.

Citando a passagem célebre do *De Interpretatione* 4, 17^a1-3: ἔστι δὲ λόγος ἅπας μὲν σημαντικός [...] ἀποφαντικός δὲ οὐ πᾶς, ἀλλ’ ἐν ᾧ τὸ ἀληθεύειν ἢ ψεύδεσθαι ὑπάρχει, Heidegger a comenta da seguinte maneira:

“É a proposição que é definida com relação à verdade, e não o inverso, a verdade que procede da proposição”.

A destruição fenomenológica termina aqui por ressaltar os dois traços fundamentais que caracterizam o *lógos* como apofântico: o *Entdecken* e o *Verdecken*, o descobrir *versus* o mascarar ou ocultar.

A interpretação tradicional repousa assim não somente sobre um conceito por demais estreito da verdade, mas ainda, e sobretudo, sobre

uma análise insuficiente da proposição e de seu sentido, que desconhece sua dimensão fundamentalmente fenomenológica:

“A essência da proposição é o *ἀποφαίνεσθαι* – deixar ver um ente a partir dele próprio”. – “*Das Wesen des Satzes ist das ἀποφαίνεσθαι – sehenlassen ein Seiendes, ἀπό, von ihm selbst her*”.

Donde esta primeira conclusão:

“A proposição não é aquilo em que a verdade é inicialmente possível, mas, ao contrário, a própria proposição só é possível na verdade, desde o momento em que se apercebeu o fenômeno que os Gregos visavam com a verdade, esse fenômeno que Aristóteles apreendeu conceitualmente pela primeira vez com precisão. A proposição não é o lugar da verdade, mas a verdade é o lugar da proposição” (*Ga*, 21, p. 135).

c) Mas uma tal conclusão é ainda provisória, pois homenagem tendo sido, assim, oferecida a Aristóteles, uma segunda reviravolta se opera aqui pela qual a destruição histórico-crítica da tradição se torna propriamente destruição fenomenológica. O primeiro percurso de Heidegger era, com efeito, contra todas as interpretações restritivas que identificavam a lógica com o estudo do juízo como primeiro suporte da verdade, era a de pôr à luz o sentido autêntico da apofântica aristotélica e a função propriamente fenômeno-lógica do *lógos*: fazer aparecer, manifestar (*offenbarmachen*):

“Estudando o discurso (*Rede*), viu-se que sua operação fundamental residia nisto: tornar visível, tornar manifesto aquilo de que é falado nele” (*Ga.*, 21, p. 6).

Mas isso significa igualmente que o *lógos* é assim compreendido de imediato como *Bereden von etwas*, e como *reden über etwas*: falar de algo, sobre algo. Vimos que o curso de 1925-1926 começava por uma releitura do *De Interpretatione*, releitura destinada a reconduzir a lógica a sua matriz aristotélica – isenta de todo formalismo, rico, em contrapartida, de porte ontológico em virtude da função de desvelamento do *lógos apophantikós*. Assim, o *Lógos*, longe de ser instrumentalizado, mostra-se instituindo a ontologia ou a investigação ontológica. Tal é a situação platônico-aristotélica. Ora, é ela, em último caso, que importa agora “ultrapassar”, inverter conforme o projeto da “Ontologia Fundamental”.

A empresa fenomenológica de *Sein und Zeit* (cf. notadamente o § 7) implica o trabalho de interpretação do *Peri Herméneias* conduzido no curso de 1925-26, mas opera, contudo, uma inversão decisiva no § 33:

“Devemos sublinhar, mostrando a secundariedade do enunciado com respeito à *Auslegung* (explicitação) e ao compreender, que a ‘lógica’ do ‘lógos’ está enraizada na analítica existencial da existência (*Dasein*). Reconhecer a insuficiência ontológica da interpretação tradicional do ‘lógos’ contribui ao mesmo tempo para permitir melhor perceber o caráter não-originário da base metodológica sobre a qual a ontologia antiga está edificada” (*SuZ.*, p. 160).

Da mesma maneira, o curso sobre o *Sofista* em 1924 já tinha sublinhado a secundariedade do *lógos* entendido como enunciado proposicional para toda questão da verdade desdobrada na medida de seu sentido originalmente grego:

“A fala discursiva não é o suporte primeiro e único do *alethés*; é uma instância na qual o verdadeiro (*alethés*) pode, mas não deve, necessariamente despertar. O ‘lógos’ não é o lugar no qual o *aletheúein* está em casa, sobre um solo firme” (*Ga.*, 19, p. 182).

Desde Platão e Aristóteles, o *lógos* foi tomado como fio condutor da *Seinsforschung*. É por isso que a ontologia é sempre onto-lógica, e toda repetição da questão do ser deve começar por uma destruição da lógica. Dizer que o *lógos* é o fio condutor da *Seinsforschung* é sublinhar também que a *ousía*, o *hupokeímenon* (= *das, worüber gesprochen ist*) são, desde o início, os conceitos fundamentais de toda ontologia. Desprender o fio condutor do *lógos* é ainda para Heidegger, de maneira decisiva a partir de 1923, desembaraçar a estrutura *temporal* de uma interpretação lógico-ontológica centrada sobre o presente:

“Essa irrupção do *lógos*, do lógico nesse sentido estritamente grego, na problemática do *Ôn*, encontra sua motivação no fato de que o *Ôn*, o ser do próprio ente, é primordialmente interpretado como *Anwesenheit* – *presença ou presenteidade*, e que o *lógos* é a maneira segundo a qual eu me digo primordialmente presente aquilo sobre o que falo” (*Ga.*, 19, p. 144).

Depois de ter restabelecido no seu inteiro direito a determinação aristotélica do *lógos* como *apóphansis*, Heidegger se interroga sobre sua estrutura fundamental e sobre o problema do significado que ela pressupõe. A questão é, aqui, a da possibilidade do *lógos apophantikós*.

Ao retorno a Aristóteles contra as interpretações escolares segue-se agora uma investigação que versa sobre a condição de possibilidade do próprio *lógos apophantikós* e sobre seu significado: o *lógos* não é reconduzido ao *Lebenswelt* ou à experiência antepredicativa, como em Husserl, mas ao *Besorgen*, através de um percurso, bem conhecido, que põe à luz tudo o que, na relação com o ente, não revela atitude teórica, cognitiva, mas antes um comércio cotidiano com as coisas de uso, os *prágmata*.

Inútil relembrar aqui as análises heideggerianas, já desdobradas no curso *Logik*, que procuram depreender, por trás da estrutura do enquanto [*en-tant-que*] apofântico, tal como ela pertence ao juízo, uma estrutura antepredicativa mais fundamental (*Ga.*, 19, p. 144). A estrutura do en-

quanto reenvia a um solo significante (o do *Bedeuten* precisamente, ou da *Bedeutsamkeit*, como dirá SuZ), anterior à discursividade linguageira [*langagière*]. A estrutura do enquanto pertence à esfera fundamental, aquém da lógica, do *Verhalten* – “comportamento”, que é sempre *als-haftes Verhalten*, um comportamento que abriga nele a articulação do enquanto:

“Esse ‘como-que’ (enquanto [*en-tant-que*] que) (*als-was*) é compreendido imediatamente, é a partir dele que o que vem ao encontro, aquilo com o que tenho a ver [*ce à quoi j’ai affaire*] é inicialmente compreensível como tal [...] Meu estar no mundo não é em nada diferente de um tal se-mover já compreensivo [...] Já se revela aqui uma estrutura imanente à apreensão simples, estrutura do comportamento à medida do enquanto (*als-mäßiges Verhalten*), essa estrutura que uma análise mais profunda faz aparecer como o tempo” (*Ga.*, 19, p. 146-7).

A destruição fenomenológica, ou fundamental-ontológica, da lógica deve ir até aí: até pôr em evidência a temporalidade original do “se mover compreensivo”, ou a temporalidade como a estrutura mais profunda dessa articulação do enquanto que a determinação “lógica” da *apóphansis* ou da proposição como “*légein ti katà tinós*” só deixa emergir sob uma figura reduzida ou nivelada. É, em última análise, o conceito tradicional da verdade proposicional que pressupõe um tempo “nivelado”: esse “nivelamento da compreensão primordial”, que oculta o entendimento primário da *Bedeutsamkeit* ou do *Zu-tun haben mit*.

O que caracteriza então o enunciado proposicional é a “determinação”, o *Bestimmen* em virtude do qual as coisas usuais, de uso, as coisas do mundo ambiente (*Umweltdinge - Gebrauchsdinge*) são niveladas e reduzidas a nada mais serem do que *bloß vorhandene Dinge*:

“É por isso que”, pode concluir Heidegger, “a determinação enunciativa jamais é um descobrir primário ou primordial, a deter-

minação enunciativa não define jamais uma relação primordial e originária com o ente, e é também por essa razão que *esse lógos não pode nunca ser tomado como o fio condutor da questão de saber o que é o ente*. Mas na lógica e ontologia gregas, tal como naquelas que são tradicionais até Husserl, é precisamente o *lógos* no sentido do determinar que fornece o fio condutor segundo o qual o ser é interrogado [...]" (*Ga.*, 19, p. 159).

O ente é dessa forma apreendido assim imediatamente como "o objeto de uma possível determinação". Ora, vimos que a própria estrutura do *Bestimmen* é secundária, derivada e não poderia de maneira nenhuma fornecer um verdadeiro ponto de partida se se quiser colocar a questão do ser, se se quiser apreender radicalmente "o fenômeno ser" (*das Phänomen Sein*). Eis já uma das apostas maiores da destruição fenomenológica da lógica: tornar novamente possível uma interrogação radical tendo em vista o "fenômeno ser".

3) Sem dúvida é preciso evocar rapidamente, para terminar, uma terceira etapa que nos arrasta para além do período ao qual desejei ater-me inicialmente (1919-1929), uma vez que essa nova etapa se abre, parece-me, em 1929: quero falar dessa forma nova de "destruição" da lógica que está em marcha na Aula inaugural de Freiburg em 1929, *Was ist Metaphysik?*

Lembro rapidamente o movimento da conferência: o nada (*das Nichts*) é o que vem ao encontro na experiência fundamental da angústia, mas não se deixa dizer sem violar as regras elementares da lógica. Por que essa impossibilidade lógica de dizer? Porque o "nada" não é nem um objeto (*Gegenstand*), nem um "ente" (*Seiendes*), e tampouco, como a experiência da *Grundstimmung* basta para atestar, nada de nada; não se trata mais de algo dedutível a partir de outra coisa, por exemplo, da língua, da proposição, da negação, do juízo negativo: "Isto não é aquilo". A *Verneinung*, a negação, é considerada aqui como o que testemunha a aparição [*apéríté*] contínua e difusa, ainda que dissimulada, do Nada na nos-

sa existência . O “não”, não é a negação (*die Verneinung*) que o engendra, mas a negação está “fundada” sobre o “não” (o *Nicht*), o qual, por sua vez, encontra sua origem no nadificar do nada (*das Nichten des Nichts*).

Encontra-se aqui um gesto classicamente heideggeriano: reconduzir ao *Verhalten* e a seus múltiplos modos, para além do enunciado e de toda atitude teórica. Tal é a tese central da Conferência, contra a qual reagirá Carnap notadamente:

“O nada é a origem da negação, e não o contrário” (*Das Nichts ist der Ursprung der Verneinung, nicht umgekehrt*).

E o corolário que nos interessa em primeiro lugar:

“Quando a potência do entendimento se encontra assim esgotada no campo da questão do nada e do ser, então se decide, dessa forma também, o destino do império da ‘lógica’ no interior da filosofia. A própria idéia de ‘lógica’ se dissolve no turbilhão de uma interrogação mais original”.

Heidegger acrescentará numa nota marginal no seu exemplar: *Logik, d. h. die überlieferte Auslegung des Denkens* – “lógica, isto é, a interpretação tradicional, recebida do pensamento”. Compreende-se então que a questão que se impõe desde então possa enunciar-se *Was heißt denken?* e que essa questão procure formular-se na medida de sua aposta propriamente revolucionária.

Lembro ainda esta outra formulação da tese fundamental da Conferência, que interessa aqui ao nosso propósito:

“A questão que versa sobre o nada atravessa ao mesmo tempo o conjunto da metafísica, na medida em que nos obriga a colocarnos perante o problema da origem da negação, isto é, no fundo,

diante da decisão que diz respeito à *soberania legítima* da ‘lógica’ na metafísica. [Nota marginal: *dh. immer der überlieferten Logik und ihr Logos als Ursprung der Kategorien*]” (Ga., 9, p. 120).

E é ainda essa questão da soberania ou da dominação (*Herrschaft*) da lógica que será examinada na *Einführung in die Metaphysik*, segundo uma acepção sempre mais resolutamente polêmica da destruição: trata-se doravante de subverter uma dominação, de inverter uma “soberania” cujo império é tal que é permitido negligenciar todas as diferenças secundárias, em particular as que marcariam algo como um progresso da lógica. A “lógica” está acabada, fechada nos seus traços fundamentais, sublinha Heidegger remetendo ao célebre veredicto de Kant: “A lógica não deu, parece, um passo adiante desde Aristóteles”.

E Heidegger (não mais em 1787, mas em 1935), confirma:

“Isso não é uma simples aparência. É bem assim [...] Pois a lógica, apesar de Kant e de Hegel, não deu, no que diz respeito ao essencial e ao inaugural, um único passo para a frente. O único progresso possível é o que consiste em fazer fundamentalmente sair de seus gonzos na medida em que ela permanece a orientação dominante na interpretação do ser”.

Fórmula que ecoa aquela do ano precedente, quando Heidegger evocava a necessidade de abalar (*erschüttern*) a lógica.

Em *Que quer dizer pensar?* Heidegger evocará mais uma vez “a potência que cresce constantemente da lógica, essa “potência” da qual ele encontra a formulação mais decidida na *Enciclopédia* de Hegel (§ 19):

“A lógica é a forma absoluta da verdade, e, mais ainda, a própria pura verdade” (*Das Logische ist die absolute Form der Wahrheit und, noch mehr als dies, die reine Wahrheit selbst*).

E nesse curso Heidegger formula novamente o conjunto das questões diretrizes (*EiM.*, p. 94):

Wie geschieht das ursprüngliche Auseinandertreten von "logos" und "physis"?

Wie kommt es zum Heraustreten und Auftreten des "Logos"?

Wie wird der "Logos" (das "Logische") zum Wesen des Denkens?

Wie kommt dieses "Logos" als Vernunft und Verstand zur Herrschaft über das Sein im Anfang der griechischen Philosophie?

A essa tese lógico-especulativa, o Posfácio da conferência *Was ist Metaphysik?* tinha já respondido em 1943, marcando que "a lógica" (o termo é agora utilizado entre aspas) é somente *uma* interpretação da essência da verdade:

"[...] a questão ainda mal formulada se faz agora necessária: saber se esse pensamento se mantém bem na lei de sua verdade quando segue unicamente o pensamento de que a 'lógica' contém nas suas formas e regras. Por que a conferência põe esse termo entre aspas? Para indicar que a 'lógica' é apenas *uma* interpretação da essência do pensamento, aquela precisamente que repousa, como a palavra indica, sobre a experiência do ser atingida no pensamento grego. A desconfiança com respeito à 'lógica', da qual a logística pode ser considerada como a degenerescência natural, surge do saber desse pensamento que encontra sua fonte na experiência da verdade do ser e não na consideração da objetividade do ente [...] O pensamento original é o eco do favor do ser, no qual se esclarece e se deixa advir a única realidade: que o ente é. Esse eco é a resposta humana à fala da voz silenciosa do ser. A resposta do pensamento é a origem da fala humana, fala que sozinha dá nascimento à linguagem como divulgação da fala nas palavras [...]" (*Qu.*, I, p. 79).

Essa última acepção da destruição – fazer sair de seus gonzos ou talvez desnortear a lógica, tendo em vista uma meditação da fala como resposta à voz do ser – era anunciada pela primeira vez no curso do semestre de verão de 1934 (*Lógica-linguagem. Über Logik als Frage nach der Sprache*), através da declaração programática:

“Wir wollen die Logik *erschüttern*”.

Queremos abalar a lógica, abalá-la até seu desmoronamento, desmantelá-la. A metáfora aqui é bem aquela da “demolição”. No contexto sombrio da época, Heidegger começa por evocar a crítica comum do intelectualismo, mas isso para dar no mesmo instante, segundo um gesto que lhe é familiar, um passo atrás significativo: não serve para nada, observa ele, manipular como uma injúria o termo “intelectualismo”; o que é necessário é inicialmente apresentar uma avaliação [*prendre la mesure*] da “*Macht der überlieferten Logik*”, se ao menos se quer verdadeiramente destruí-la. O que implica inicialmente levar a sério a lógica!

“Renunciamos à presunção barata que só vê na lógica “formalidades” [*chinoiseries*] (*Formelkram*) – fórmulas vazias [...] A lógica é para nós [...] o lugar em que o homem se põe em questão (*die Stätte der Fragwürdigkeit des Menschen*).”

O que com a lógica se encontra posto em questão de maneira última é, com efeito, a determinação da essência do homem, por exemplo (!) como *zoon lógon échon*, se é verdade, como sublinha aqui ainda Heidegger, que a questão da “essência da linguagem (*Sprache*) é a questão diretriz fundamental da lógica”. Perguntamos então, prossegue Heidegger:

“A língua constitui um setor particular? Questão preliminar: qual é o modo de ser da língua?”

A questão do “modo de ser da língua” remete ao *Sprechen*, ao “falar”, e dessa forma ao modo de ser do homem. Assim, a questão preliminar se transforma na questão da essência do homem, na questão “quem?” Quem somos nós?

Que me seja permitido terminar com algumas questões que para mim permanecem abertas.

Em que medida a meditação heideggeriana da lógica ou a passagem do *lógos* à fala, à *Sprache* entendida como *die Sage*, operou verdadeiramente uma destruição da lógica? O que se encontra mantido da lógica metafísica até o último Heidegger? Em que medida os princípios fundamentais da lógica (identidade, não-contradição, terceiro excluído...) são radicalmente ultrapassados ou desconstruídos? Em que medida a transição da questão da lógica à questão da linguagem abalou radicalmente o reino da lógica, e em particular o do sentido? Perguntando de outro modo, a determinação do “*Wesen der Sprache*” no último Heidegger basta para pôr novamente em questão os princípios da lógica ou suas posições de fundo? A radicalização da destruição fenomenológica em abalo, ou mesmo demolição, constitui uma resposta à altura da questão inicial: *Was ist das, das Logische?*

Pode-se duvidar disso, não somente em razão das limitações, já sublinhadas no pôr em perspectiva a história da lógica, não somente em razão dos traços fundamentais que governam ainda a investigação do último Heidegger sobre o *Wesen der Sprache* – o “privilegio” da palavra, a unidade de seu significado, a importância do *étymon*... –, mas também, e talvez sobretudo, em razão das dificuldades que há em reduzir pura e simplesmente a “logística” ao cálculo ou ao pensamento calculante, até em fazer, para o último Heidegger, da “cibernética” uma determinação central do “*Gestell*” ou do dispositivo do arrazoamento [*arraisonnement*].

Abstract: This essay attempts to show that in Heidegger’s philosophy the question “what is logic?” is closely connected with the *Seinsfrage*. The question of being becomes opaque and unintelligible unless the question of logic is concerned.

Palavras-chave: ser – lógica – sentido – juízo – verdade

Notas

(1) Cf. *Taminiaux 4* (retomado em *Taminiaux 5*, p. 156-182). Cf. também a dívida reconhecida por Heidegger em *SuZ* (§ 7), p. 38: “As investigações que se seguem só se tornaram possíveis sobre o solo colocado por Ed. Husserl, cujas Investigações lógicas asseguraram o avanço da fenomenologia”.

(2) Sobre a expressão “logística”, cf. Henri Poincaré, contra Couturat, em *Science et méthode*; sobre a pasigrafia de Peano, a qual Couturat explicava na sua obra *Les principes de mathématiques*, Poincaré nota: “Esta invenção de Peano foi chamada inicialmente de pasigrafia, isto é, a arte de escrever um tratado de matemática sem empregar uma só palavra da língua usual. Este nome definia exatamente seu porte. Depois ela foi elevada a uma dignidade mais eminente, conferindo-lhe o título de logística. Esta palavra é, parece, empregada pela Escola de Guerra para designar a arte do marechal de logis, a arte de fazer marchar e acantonar as tropas; mas aqui nenhuma confusão deve ser temida e vê-se de imediato que este nome novo implica a intenção de revolucionar a lógica”. Cf. também Quine 3. Heidegger fala, nas suas “*Neuere Forschungen [...]*”, *Ga.*, 1, 29 (com referência a *Meinong* e mais distantemente à *Characteristica universalis*, de Leibniz) de “*Symbolische Logik*” ou de “*Logistik*”.

(3) “*Jede Erkenntnis beginnt mit Urteilen, schreitet im Urteilen fort und kann nur im Urteilen bestehen*”, citado por Heidegger, *Ga.*, 21, p. 84.

(4) “*Wahrheit ist Selbigkeit (Identität) des Gemeinten und Angeschauten — [...] Wahrheit wird hier im Hinblick auf Identität interpretiert, und zwar Identität des Gemeinten und Angeschauten*” (*Ga.*, 21, p. 109).

Referências Bibliográficas

1. KISIÉL, T. *The genesis of Heidegger's being and time*, University of California Press, 1992; SS 1916: *Übungen über Texte aus den logischen Schriften des Aristoteles*. WS 1916-1917: *Grundfragen der Logik*. WS 21-22, seminário: *Exercices phénoménologiques pour débutants à partir des L.U. II de Husserl*; SS 22: *Interprétations phénoménologiques d'Aristote: ontologie et logique*. 1922: Seminário: *Exercices phénoménologiques pour débutants à partir de Husserl, L.U. II, 2*. WS 1925-1926 (*Logik*)= *Ga. 21*. S 1927 (seminário para estudantes avançados): *L'ontologie d'Aristote et la logique de Hegel*. SS 1928, curso: *Logik* (= *Ga. 26*). WS 1928-1929: seminário: *Die ontologischen Gundsätze und das Kategorienproblem*.
2. POINCARÉ, H. *Science et méthode*.
3. QUINE, W.V.O. *A system of logistic*. Cambridge, Mass., 1934.
4. TAMINIAUX, J. "Remarques sur Heidegger et les 'Recherches logiques' de Husserl". In: *Revue Philosophique de Louvain* (75), 1977, p. 74-100.
5. _____. *Le regard et l'excédent*. Haia, 1977.